



SENADO FEDERAL

CPI DAS BETS

PAUTA DA 4ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

03/12/2024
TERÇA-FEIRA
às 11 horas

Presidente: Senador Dr. Hiran

Vice-Presidente: Senador Alessandro Vieira



CPI das BETS

**4ª REUNIÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, A
REALIZAR-SE EM 03/12/2024.**

4ª REUNIÃO

terça-feira, às 11 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	REQUERIMENTO	AUTOR(A)	PÁGINA
1	216/2024	Senador Izalci Lucas	18
2	217/2024	Senador Izalci Lucas	23
3	218/2024	Senador Izalci Lucas	27
4	219/2024	Senador Izalci Lucas	31
5	220/2024	Senador Izalci Lucas	35
6	221/2024	Senadora Soraya Thronicke	39

7	222/2024	Senadora Soraya Thronicke	42
8	223/2024	Senadora Soraya Thronicke	46
9	224/2024	Senador Izalci Lucas	49
10	225/2024	Senador Izalci Lucas	53
11	226/2024	Senador Izalci Lucas	57
12	227/2024	Senador Izalci Lucas	61
13	228/2024	Senadora Soraya Thronicke	65
14	229/2024	Senadora Soraya Thronicke	68
15	230/2024	Senadora Soraya Thronicke	72
16	231/2024	Senadora Soraya Thronicke	76
17	233/2024	Senadora Soraya Thronicke	79
18	234/2024	Senador Izalci Lucas	82
19	235/2024	Senador Izalci Lucas	87
20	236/2024	Senador Izalci Lucas	92

21	237/2024	Senador Izalci Lucas	97
22	238/2024	Senador Izalci Lucas	102
23	239/2024	Senador Izalci Lucas	107
24	240/2024	Senador Izalci Lucas	111
25	241/2024	Senador Izalci Lucas	116
26	242/2024	Senador Izalci Lucas	121
27	243/2024	Senador Izalci Lucas	126
28	244/2024	Senador Izalci Lucas	131
29	245/2024	Senador Izalci Lucas	136
30	246/2024	Senador Izalci Lucas	141
31	247/2024	Senador Izalci Lucas	146
32	248/2024	Senador Izalci Lucas	151
33	249/2024	Senador Dr. Hiran	156
34	250/2024	Senador Dr. Hiran	159

35	254/2024	Senadora Soraya Thronicke	163
----	----------	---------------------------	-----

2ª PARTE - DEPOIMENTOS

FINALIDADE	PÁGINA
Depoimentos	169

CPI DAS BETS - CPIBETS

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran
VICE-PRESIDENTE: Senador Alessandro Vieira
(11 titulares e 7 suplentes)

TITULARES	SUPLENTEs		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PT, PSD)			
Omar Aziz(PSD)(2)	AM 3303-6579 / 6581	1 Eliziane Gama(PSD)(6)	MA 3303-6741
Angelo Coronel(PSD)(11)(8)(2)	BA 3303-6103 / 6105	2 Rogério Carvalho(PT)(9)	SE 3303-2201 / 2203
Humberto Costa(PT)(4)	PE 3303-6285 / 6286		
VAGO			
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, UNIÃO)			
Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(5)	PB 3303-2252 / 2481	1 Fernando Farias(MDB)(5)	AL 3303-6266 / 6273
Alessandro Vieira(MDB)(5)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019	2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(10)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900
Efraim Filho(UNIÃO)(10)	PB 3303-5934 / 5931		
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Marcos Rogério(PL)(1)	RO 3303-6148	1 Izalci Lucas(PL)(1)	DF 3303-6049 / 6050
Eduardo Gomes(PL)(1)	TO 3303-6349 / 6352		
Bloco Parlamentar Independência(PDT, PSDB, PODEMOS)			
Soraya Thronicke(PODEMOS)(3)	MS 3303-1775	1 Carlos Viana(PODEMOS)(14)	MG 3303-3100 / 3116
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Dr. Hiran(PP)(7)	RR 3303-6251	1 Ciro Nogueira(PP)(7)	PI 3303-6187 / 6188 / 6183

- (1) Em 24.10.2024, os Senadores Marcos Rogerio e Eduardo Gomes foram designados membros titulares e o Senador Izalci Lucas, membro suplente, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 25/2024-GLPL).
- (2) Em 24.10.2024, os Senadores Omar Aziz e Angelo Coronel foram designados membros titulares, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2024-GLPSD).
- (3) Em 24.10.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pela liderança do Podemos, para compor a comissão (Of. nº 106/2024-GLPODEMOS).
- (4) Em 24.10.2024, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pela liderança do PT, para compor a comissão (Of. nº 38/2024-GLDPT).
- (5) Em 24.10.2024, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e o Senador Fernando Faria, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 32/2034-GLMDB).
- (6) Em 24.10.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2024-GLPSD).
- (7) Em 24.10.2024, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente, pela liderança do PP, para compor a comissão (Of. nº 35/2024).
- (8) Em 24.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que deixa de compor a comissão, pela liderança do PSD (Of. nº 15/2024-GLPSD).
- (9) Em 30.10.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, pela liderança do PT, para compor a comissão (Of. nº 39/2024-GLDPT).
- (10) Em 12.11.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, e a Senadora Professora Dorinha Seabra, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2024 - GLUNIAO).
- (11) Em 12.11.2024, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pela liderança do PSD (Of. nº 17/2024-GLDPSD).
- (12) Em 12.11.2024, a comissão reunida elegeu os Senadores Dr. Hiran e Alessandro Vieira, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2024-CPIBETS).
- (13) Em 12.11.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada Relatora deste colegiado (Of. nº 01/2024-CPIBETS).
- (14) Em 18.11.2024, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pela liderança do Podemos, para compor a comissão (Of. nº 108/2024 - GLPODEMOS).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): REINILSON PRADO | SECRETÁRIOS-
ADJUNTOS: BRENO ANDRADE E VICTOR COMEIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 6133034854
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 6133034854
E-MAIL: cpibets@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 3 de dezembro de 2024
(terça-feira)
às 11h

PAUTA

4ª Reunião

CPI DAS BETS - CPIBETS

1ª PARTE	Deliberativa
2ª PARTE	Depoimentos
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

Retificações:

1. Mudança de Plenário. (29/11/2024 12:04)
2. Retirada de pauta do convocado Sr. Marcus Vinicius Freire de Lima e Silva (requerimento: 178/2024) (02/12/2024 02:20)
3. Inclusão de requerimento e exclusão de convidado. (02/12/2024 17:55)
4. Inclusão de depoimento aprovado. (03/12/2024 11:31)

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 216, de 2024**

Convoca o Senhor Felipe Prior, influenciador digital, para prestar depoimento.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 2**REQUERIMENTO Nº 217, de 2024**

Requisita RIF da Senhora Aislla Sabrina Truta Henriques Rocha.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 3**REQUERIMENTO Nº 218, de 2024**

Requisita RIF do Senhor de Darwin Henrique da Silva.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 4**REQUERIMENTO Nº 219, de 2024**

Requisita RIF da Senhora Dayse Henrique da Silva.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 220, de 2024

Requisita Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da Senhora Deolane Bezerra dos Santos.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 6**REQUERIMENTO Nº 221, de 2024**

Convida o Senhor André Feldman, CEO da Big Brazil.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Resultado: Aprovado

ITEM 7**REQUERIMENTO Nº 222, de 2024**

Convida o Senhor Tiago Fernando Correia, Delegado de Investigações sobre Lavagem ou Ocultação de Bens e Valores de São Paulo.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Resultado: Aprovado

ITEM 8**REQUERIMENTO Nº 223, de 2024**

Convida o Senhor Guilherme Muraro Derrite, Secretário de Segurança Pública de São Paulo.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Resultado: Aprovado

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 224, de 2024

Requisita RIF da Senhora Maria Bernadette Pedrosa Campos.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 10**REQUERIMENTO Nº 225, de 2024**

Requisita RIF da Senhora Maria Aparecida Tavares de Melo.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 11**REQUERIMENTO Nº 226, de 2024**

Requisita RIF do Senhor Flavio Cristiano Bezerra Fabrício.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 12**REQUERIMENTO Nº 227, de 2024**

Requisita RIF da Senhora Edna Oliveira dos Santos.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 228, de 2024

Convida o Senhor Rogério Antônio Lucca.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Resultado: Aprovado

ITEM 14**REQUERIMENTO Nº 229, de 2024**

Requisita o compartilhamento de documentos recebidos pela Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Assunto: Compartilhamento de Informações

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Resultado: Aprovado

ITEM 15**REQUERIMENTO Nº 230, de 2024**

Requisita RIF do Senhor Fernando Oliveira Lima.

Assunto: RIF

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Resultado: Aprovado

ITEM 16**REQUERIMENTO Nº 231, de 2024**

Requisita o compartilhamento de documento recebido no âmbito da CPI de Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas. Ação Penal 0022884-49.2024.8.17.2001.

Assunto: Documentos

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Resultado: Aprovado

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 233, de 2024

Convoca a Senhora Virginia Pimenta da Fonseca Serrão Costa, apresentadora, empresária e influenciadora digital.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Resultado: Aprovado

ITEM 18**REQUERIMENTO Nº 234, de 2024**

Requisita RIF da ACJ Platform Comércio e Serviços Ltda.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 19**REQUERIMENTO Nº 235, de 2024**

Requisita documento à ACJ Platform Comércio e Serviços Ltda.

Assunto: Informações

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 20**REQUERIMENTO Nº 236, de 2024**

Requisita RIF da empresa Rede Social Media Desing Ltda.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 21

REQUERIMENTO Nº 237, de 2024

Requisita documento à Rede Social Media Desing Ltda.

Assunto: Documentos

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 22**REQUERIMENTO Nº 238, de 2024**

Requisita RIF do Senhor Alex Fernando André, empresário.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 23**REQUERIMENTO Nº 239, de 2024**

Convoca o Senhor Alex Fernando André, empresário.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 24**REQUERIMENTO Nº 240, de 2024**

Requisita RIF da empresa One Internet Group - OIG.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 25

REQUERIMENTO Nº 241, de 2024

Requisita documentos à One Internet Group (OIG).

Assunto: Documentos

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 26**REQUERIMENTO Nº 242, de 2024**

Requisita RIF da empresa OIG Gaming Brazil Ltda.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 27**REQUERIMENTO Nº 243, de 2024**

Requisita de Documento à OIG Gaming Brazil Ltda.

Assunto: Informações

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 28**REQUERIMENTO Nº 244, de 2024**

Requisita RIF do Senhor Fernando Oliveira Lima.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 29

REQUERIMENTO Nº 245, de 2024

Requisita documento à F&D Company Serviços de Marketing Digital Ltda.

Assunto: Informações

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 30**REQUERIMENTO Nº 246, de 2024**

Requisita RIF de F&D Company Serviços de Marketing Digital Ltda.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 31**REQUERIMENTO Nº 247, de 2024**

Requisita RIF de Carvalho Distribuidora Ltda.

Assunto: RIF

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 32**REQUERIMENTO Nº 248, de 2024**

Requisita documento à empresa Carvalho Distribuidora Ltda.

Assunto: Informações

Autoria: Senador Izalci Lucas

Resultado: Aprovado

ITEM 33

REQUERIMENTO Nº 249, de 2024

Convida representante do Instituto de Pesquisa DataSenado.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Dr. Hiran

Resultado: Aprovado

ITEM 34**REQUERIMENTO Nº 250, de 2024**

Convida o Senhor Hazenclever Lopes Cançado, Presidente da LOTERJ.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Dr. Hiran

Resultado: Aprovado

ITEM 35**REQUERIMENTO Nº 254, de 2024**

Requisita do senhor Marcus Vinícius Freire de Lima e Silva, ex-Diretor do Grupo Entain, informações gerais e contextualização de atuação no Brasil.

Assunto: Informações

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Resultado: Aprovado

2ª PARTE**Depoimentos****Assunto / Finalidade:**

Depoimentos

Observações:

Convidado/Convocado: Hazenclever Lopes Cançado

Presidente da LOTERJ

Requerimento: 250/2024 (Convite)

Convidados/Convocados:**– João Studart**

CEO da empresa Bet Nacional

Requerimento: [163/2024](#) (Convocação)

- **Hazenclever Lopes Cançado**
Presidente da LOTERJ
Requerimento: [250/2024](#) (Convite)

1ª PARTE - DELIBERATIVA

1



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** do senhor **Felipe Prior, influenciador digital**, na condição de **TESTEMUNHA**, para prestar depoimento pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **CONVOCAÇÃO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização



atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Especificamente, segundo matéria do Portal Terra[1], o contrato de Felipe Prior com a Betsat estabelece que ele recebe porcentagem com o prejuízo de apostadores, nestes termos:

Conhecido por sua participação controversa no Big Brother Brasil, onde foi acusado de atitudes agressivas e desrespeitosas, Felipe Prior se "encontrou" no mundo das casas de apostas. O arquiteto está usando sua visibilidade nas redes sociais para ganhar milhões de reais em jogos de azar, mas ao custo de um crescente prejuízo para muitos de seus seguidores. O contrato dele com a Betsat é bem direto: ele recebia 15% da receita perdida pelos novos apostadores.

Uma reportagem do site Intercept Brasil analisou o contrato assinado por Felipe Prior com a plataforma de jogos de azar. Em fevereiro deste ano, quando firmaram a parceria, assinada por um intermediário, a Betsat lhe ofereceu a proposta de R\$ 20 mil por seis Stories semanais no Instagram e seis horas semanais de transmissão no YouTube.

Nos documentos, ainda há uma cláusula bem clara dizendo que o ex-BBB ganharia um adicional com o prejuízo de seus seguidores. Para cada pessoa que se cadastrasse na Betsat e depositasse um mínimo de R\$ 15, ele receberia R\$ 20 extras, mas o "trambique" vai além. Felipe Prior receberia 15% do valor perdido pelos



apostadores cadastrados por sua indicação. Ou seja, quanto mais usuários novos ele gerasse, e esses fossem perdendo dinheiro, maior seria seu lucro.

"2.1. No mês de fevereiro, fica acordado que o CONTRATANTE pagará a título de remuneração ao CONTRATADO o valor de R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) FIXOS + remuneração variável de R\$ 20,00 (VINTE REAIS) por pessoa cadastrada no site com depósito mínimo de R\$ 15,00 + 15% de revenue share (participação na receita de perda dos apostadores cadastrados na carteira do CONTRATADO), a serem pagos em 05/03/2024. 2.2. O valor mínimo fixo mensal de remuneração deverá ser reajustado conforme atingimento de metas a cada mês de acordo com o racional abaixo: a. A partir de 1.000 cadastros com depósito mínimo a remuneração fixa será de R\$: 35.000,00. b. A cada 500 cadastros adicionais a remuneração fixa irá aumentar em R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)", esclarece o documento.

O contrato ainda estipula que se Felipe Prior conseguisse mil novos apostadores para a plataforma fixa, sua remuneração fixa salarial aumentaria para R\$ 35 mil. A partir disso, a cada 500 novos cadastros, elevaria a remuneração fixa em R\$ 10 mil. E o mais controverso nisso tudo é que o ex-participante do reality show está movendo um processo judicial contra Renan Sanjomar Brito Suzart, com quem ele firmou sua parceria com a Betsat.

De acordo com Felipe Prior, ele não recebeu o pagamento pelas publicações feitas e ainda foi alvo de uma quebra de acordo. Na ação, a defesa do ex-BBB anexou uma nota fiscal de R\$ 7 mil emitida por ele, que tem como tomadora a Poligon Entertainment NV. Em seu site, a empresa apresenta a Betsat como sua plataforma de apostas. O mesmo endereço é exibido no rodapé da página da plataforma de jogos de azar.

Vale lembrar que a Betsat está na lista de casas de apostas autorizadas pela Ministério da Fazenda de continuarem operando no Brasil. Atualmente, a empresa é patrocinadora do clube de futebol Vitória e tem o ex-jogador Zico como embaixador.



Ao site, o arquiteto esclareceu que sofreu um golpe e entrou com uma ação judicial contra Renan Sanjomar Brito Suzart: "Eles me contrataram na época por um serviço. E não cumpriram com o que combinaram se passando pela Betsat (...) O Exequente cumpriu o pactuado e assinado entre as partes apresentando stories e lives".

Dessa forma, considera-se que o senhor **Felipe Prior, influenciador digital**, tem muito a colaborar com os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF), no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:**

- 1.1. **Aislla Sabrina Truta Henriques Rocha (CPF nº 089.400.204-05)**

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é



alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, considerando que Aislla Rocha, esposa de José André da Rocha Neto, também figura como alvo na Operação Integration, conduzida pela Polícia Civil de Pernambuco, é justificável a solicitação de um Relatório de Inteligência Financeira (RIF) ao Coaf para análise detalhada de suas transações financeiras. A investigação que abrange suspeitas de lavagem de dinheiro e fraudes em apostas online ressalta a necessidade de verificar possíveis vínculos financeiros entre Aislla Rocha e atividades suspeitas associadas à plataforma de apostas Vai de Bet e outras operações do grupo. A relação próxima com José André da Rocha Neto, que teve quase R\$ 200 milhões bloqueados pela Justiça, levanta indícios de que Aislla Rocha possa estar envolvida na movimentação ou ocultação de recursos oriundos



das atividades investigadas, o que justifica o aprofundamento sobre a origem, circulação e destinação de seus ativos.

Registre-se que os Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do Coaf não caracterizam uma quebra de sigilo bancário ou fiscal. Esses relatórios contêm análises sobre movimentações financeiras suspeitas, mas não revelam diretamente dados sigilosos protegidos pela legislação. Em vez disso, os RIFs consolidam informações já comunicadas ao Coaf por instituições financeiras e outros setores obrigados (como imobiliárias e joalherias) em cumprimento das normas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

3



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF), no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:**

1.1. **Darwin Henrique da Silva (CPF nº 431.293.824-53)**

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é



alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, dado o envolvimento de Darwin Henrique da Silva em várias investigações judiciais, incluindo processos por contravenção penal e transações financeiras suspeitas, é plenamente justificável a solicitação de um Relatório de Inteligência Financeira (RIF) ao Coaf para aprofundar a análise de suas movimentações financeiras. Sua empresa, Caminho da Sorte, está atualmente sob investigação na Operação Integration, que apura esquemas de lavagem de dinheiro e atividades ilegais no setor de apostas, conexão que se estende também à empresa de seu filho, a Esportes da Sorte. Esse RIF permitiria identificar e detalhar eventuais fluxos financeiros atípicos, além de rastrear a origem e o destino dos recursos associados às empresas, visando elucidar possíveis conexões financeiras entre Darwin



Henrique da Silva, seus negócios e o esquema investigado, contribuindo diretamente para o esclarecimento dos fatos em apuração pela CPIBETS.

Registre-se que os Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do Coaf não caracterizam uma quebra de sigilo bancário ou fiscal. Esses relatórios contêm análises sobre movimentações financeiras suspeitas, mas não revelam diretamente dados sigilosos protegidos pela legislação. Em vez disso, os RIFs consolidam informações já comunicadas ao Coaf por instituições financeiras e outros setores obrigados (como imobiliárias e joalherias) em cumprimento das normas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

4



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF), no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:**

1.1. **Dayse Henrique da Silva (CPF nº 364.150.224-15)**

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é



alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, Dayse Henrique da Silva, tia de Darwin Filho, está envolvida nas investigações da Operação Integration como ex-sócia em O Caminho da Sorte. Foi detida e liberada, sendo sua participação em transações financeiras considerada suspeita.

Registre-se que os Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do Coaf não caracterizam uma quebra de sigilo bancário ou fiscal. Esses relatórios contêm análises sobre movimentações financeiras suspeitas, mas não revelam diretamente dados sigilosos protegidos pela legislação. Em vez disso, os RIFs consolidam informações já comunicadas ao Coaf por instituições financeiras e outros setores obrigados (como imobiliárias e



joalherias) em cumprimento das normas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

5



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF), no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:**
 - **Deolane Bezerra dos Santos (CPF nº 353.747.778-31)**

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.



Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, considerando que Deolane Bezerra, influenciadora digital, foi alvo da Operação Integration, que apura esquemas de lavagem de dinheiro e atividades ilícitas no setor de apostas online, torna-se relevante solicitar um Relatório de Inteligência Financeira (RIF) ao Coaf para examinar suas transações financeiras. Aliás, sua convocação nas investigações visa esclarecer o papel de sua imagem na promoção de plataformas de apostas e seu possível envolvimento na legitimação de operações financeiras suspeitas, conforme indícios apontados. O RIF permitiria avaliar a origem e o destino dos recursos movimentados por Deolane Bezerra, identificar eventuais fluxos financeiros atípicos e investigar possíveis vínculos com as operações sob apuração, fornecendo elementos importantes para que a CPIBETS compreenda melhor a extensão e o impacto de seu envolvimento nas atividades investigadas.



Registre-se que os Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do Coaf não caracterizam uma quebra de sigilo bancário ou fiscal. Esses relatórios contêm análises sobre movimentações financeiras suspeitas, mas não revelam diretamente dados sigilosos protegidos pela legislação. Em vez disso, os RIFs consolidam informações já comunicadas ao Coaf por instituições financeiras e outros setores obrigados (como imobiliárias e joalherias) em cumprimento das normas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

6



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor André Feldman, CEO da Big Brazil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

O comparecimento do Senhor André Feldman, CEO da Big Brazil, é justificada pela relevância de sua empresa no setor de jogos e apostas. É essencial para esta CPI entender as práticas de controle financeiro e compliance da Big Brazil e o papel de Feldman na supervisão das operações. O objetivo do convite para o Senhor Feldman é oferecer uma oportunidade para avaliar como a empresa lida com questões de transparência e para investigar se há indícios de envolvimento em atividades ilícitas.¹

1 - <https://www.gamesbras.com/apostas-online/2024/3/22/oobjetivo-da-big-brazil-operar-apostas-esportivas-no-rio-de-janeiro-agoracassinos-no-futuro-43619.html>

A presença de André Feldman nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é crucial para esclarecer a responsabilidade das empresas de jogos e apostas nas suas operações financeiras e de compliance, bem como para investigar os potenciais conflitos éticos e legais relacionados a essas práticas.

Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2024.

Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)



1ª PARTE - DELIBERATIVA

7



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Tiago Fernando Correia, Delegado de Investigações sobre Lavagem ou Ocultação de Bens e Valores de São Paulo, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a investigação aberta para apurar suposta lavagem de dinheiro e desvios no contrato de patrocínio entre o Corinthians e a empresa Vai de Bet, bem como o envolvimento da empresa OIG Gaming Brazil Ltda. segundo os relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

A convocação do Sr. Tiago Fernando Correia, delegado responsável pela investigação em curso na Delegacia de Investigações sobre Lavagem ou Ocultação de Bens e Valores, justifica-se pela relevância das informações sob sua condução relacionadas à CPI das Bets.



A investigação conduzida pelo delegado envolve suspeitas de lavagem de dinheiro e desvios no contrato de patrocínio firmado entre o Corinthians e a empresa Vai de Bet, cujas denúncias resultaram na rescisão do contrato. Relatórios do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) enviados à Polícia Civil revelaram transações financeiras consideradas atípicas, incluindo depósitos realizados pela OIG no montante de R\$ 1,7 milhão para a empresa ACJ Plataform Comércio e Serviços, suspeita de operar como empresa de fachada. Essa empresa, registrada em nome de uma faxineira, movimentou expressivos R\$ 10,7 milhões em um curto período, de novembro de 2023 a fevereiro de 2024.

Outro ponto de interesse destacado pela investigação envolve a Neoway, empresa também suspeita de irregularidades, registrada em nome de uma moradora da periferia de Peruíbe. A Neoway recebeu R\$ 1 milhão de uma intermediária no contrato entre o Corinthians e a Vai de Bet e, posteriormente, um depósito de R\$ 600 mil da ACJ Plataform. Esses indícios conectam múltiplos atores e valores significativos, totalizando cerca de R\$ 100 milhões sob suspeita de irregularidades.

Considerando a gravidade das denúncias e a necessidade de aprofundar os esclarecimentos sobre os mecanismos financeiros utilizados para as supostas práticas ilícitas, a participação do delegado Tiago Fernando Correia na CPI das Bets é indispensável. Ele poderá fornecer detalhes cruciais sobre o andamento da investigação, a origem dos recursos envolvidos, as conexões entre as empresas suspeitas e o impacto desse esquema na relação entre o esporte, as apostas online e potenciais crimes financeiros.

Essa contribuição será essencial para que a CPI possa cumprir seu papel de investigar as práticas lesivas ao interesse público e propor medidas corretivas e legislativas adequadas.



Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2024.

**Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)**



1ª PARTE - DELIBERATIVA

8



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor GUILHERME MURARO DERRITE, Secretário de Segurança Pública de São Paulo, a comparecer a esta Comissão, a fim de a comparecer a esta Comissão, a fim de debater sobre o panorama atual da exploração ilegal de jogos online e adequação do atual sistema regulatório e repressor.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento visa debater sobre o panorama atual da exploração ilegal de jogos online e adequação do atual sistema regulatório e repressor. Os jogos de apostas online, os cassinos online são tipos de jogos de azar que se configuram pelas apostas virtuais em determinados eventos cujo desfecho é aleatório. Esses jogos de apostam tratam-se, na verdade, de um forte esquema criminoso que vem deixando as vítimas no prejuízo, fazendo com que apostadores fiquem viciados a ponto de destruírem empregos e famílias.

Camuflados de entretenimento, esses jogos de azar desencadeiam uma série de crimes, dentre eles destacamos a lavagem de dinheiro, associação criminosa, falsidade ideológica, crimes contra o sistema financeiro, exercício ilegal de atividade, dentre outros.



Pela importância do tema, requeremos a esta douta Comissão a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2024.

**Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)**



1ª PARTE - DELIBERATIVA

9



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF), no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:**
 - **Maria Bernadette Pedrosa Campos (CPF nº 351.556.804-25)**

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.



Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, Maria Bernadette Pedrosa Campos, mãe de Eduardo Pedrosa, aparece nas investigações da Operação Integration, que revelaram que ela é sócia na Estação do Seguro, envolvida em movimentações financeiras incompatíveis com os rendimentos e suspeita de lavagem de dinheiro.

Registre-se que os Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do Coaf não caracterizam uma quebra de sigilo bancário ou fiscal. Esses relatórios contêm análises sobre movimentações financeiras suspeitas, mas não revelam diretamente dados sigilosos protegidos pela legislação. Em vez disso, os RIFs consolidam informações já comunicadas ao Coaf por instituições financeiras e outros setores obrigados (como imobiliárias e joalherias) em cumprimento das normas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.



Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



10



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF), no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:**
 - **Maria Aparecida Tavares de Melo (CPF nº 616.623.054-00)**

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.



Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, Maria Aparecida Tavares de Melo, mãe de Darwin Filho e Marcela Tavares, está envolvida em operações financeiras suspeitas, com movimentações superiores aos rendimentos declarados. As investigações da Operação Integration revelaram que suas contas receberam e transferiram recursos entre outros investigados, sugerindo ocultação de valores.

Registre-se que os Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do Coaf não caracterizam uma quebra de sigilo bancário ou fiscal. Esses relatórios contêm análises sobre movimentações financeiras suspeitas, mas não revelam diretamente dados sigilosos protegidos pela legislação. Em vez disso, os RIFs consolidam informações já comunicadas ao Coaf por instituições financeiras e outros setores obrigados (como imobiliárias e joalherias) em cumprimento das normas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.



Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF), no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:**
 - **Flavio Cristiano Bezerra Fabrício (CPF nº 021.596.704-64)**

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.



Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, Flavio Cristiano Bezerra Fabrício, nas investigações da Operação Integration, foi citado como depositante para a Esportes da Sorte e envolvido em movimentações financeiras incompatíveis com a renda declarada, sendo suspeito de lavagem de dinheiro.

Registre-se que os Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do Coaf não caracterizam uma quebra de sigilo bancário ou fiscal. Esses relatórios contêm análises sobre movimentações financeiras suspeitas, mas não revelam diretamente dados sigilosos protegidos pela legislação. Em vez disso, os RIFs consolidam informações já comunicadas ao Coaf por instituições financeiras e outros setores obrigados (como imobiliárias e joalherias) em cumprimento das normas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental



no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



12



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF), no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:**
 - **Edna Oliveira dos Santos (CPF nº 552.528.338-77)**

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.



Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, Edna Oliveira dos Santos é uma figura central nesse caso de suposta fraude envolvendo o patrocínio da plataforma VaideBet ao Corinthians, pois ela teria sido usada como "laranja". A empresa Neoway Soluções, registrada em seu nome sem seu conhecimento, teria recebido transferências de mais de R\$ 1 milhão em comissões destinadas ao intermediário do contrato. O clube, sob pressão, cancelou o acordo de patrocínio e afirmou desconhecer o esquema. Edna, que vive em condições simples em Peruíbe, São Paulo, busca reparação moral e cogita processar o Corinthians por envolvimento indevido.

Registre-se que os Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do Coaf não caracterizam uma quebra de sigilo bancário ou fiscal. Esses relatórios contêm análises sobre movimentações financeiras suspeitas, mas não revelam diretamente dados sigilosos protegidos pela legislação. Em vez disso, os RIFs consolidam informações já comunicadas ao Coaf por

instituições financeiras e outros setores obrigados (como imobiliárias e joalherias) em cumprimento das normas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



13



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Rogério Antônio Lucca, chefe de unidade do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban), a comparecer a esta Comissão, a fim de a fim de debater sobre o panorama atual da exploração ilegal de jogos online e adequação do atual sistema regulatório e repressor.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento visa debater sobre o panorama atual da exploração ilegal de jogos online e adequação do atual sistema regulatório e repressor.

Os jogos de apostas online, os cassinos online são tipos de jogos de azar que se configuram pelas apostas virtuais em determinados eventos cujo desfecho é aleatório. Esses jogos de apostam tratam-se, na verdade, de um forte esquema criminoso que vem deixando as vítimas no prejuízo, fazendo com que apostadores fiquem viciados a ponto de destruírem empregos e famílias.

Camuflados de entretenimento, esses jogos de azar desencadeiam uma série de crimes, dentre eles destacamos a lavagem de dinheiro, associação criminosa, falsidade ideológica, crimes contra o sistema financeiro, exercício ilegal de atividade, dentre outros.



Pela importância do tema, requeremos a esta douta Comissão a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2024.

Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)



14



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **COMPARTILHAMENTO DE DOCUMENTOS** recebidos pela **Polícia Civil do Estado de São Paulo, oriundos do COAF**, no âmbito da investigação aberta para apurar suposta lavagem de dinheiro e desvios no contrato de patrocínio firmado entre o Corinthians e a empresa Vai de Bet. O pedido é dirigido ao **Senhor Delegado de Investigações sobre Lavagem ou Ocultação de Bens e Valores, Tiago Fernando Correia**, e fundamenta-se nos fatos e razões expostos a seguir, conforme detalhado abaixo, no que couber:

1. Cópia integral, EM FORMATO DIGITAL dos Relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) enviados à Polícia Civil de São Paulo que mapearam movimentações suspeitas de mais de R\$ 100 milhões envolvendo empresas ligadas a plataformas de apostas on-line, as chamadas bets.
2. Cópia integral, EM FORMATO DIGITAL do inquérito realizado pela Polícia Civil de São Paulo, no âmbito da investigação realizada para apurar possíveis transações ilícitas com envolvimento de casas de apostas.



3. Relatório da investigação aberta para apurar suposta lavagem de dinheiro e desvios no contrato de patrocínio entre o Corinthians e a empresa Vai de Bet.

Destaco que, caso os documentos solicitados sejam classificados como sigilosos pela Polícia Civil ou contenham informações protegidas por sigilo fiscal, bancário ou de outra natureza, o sigilo será rigorosamente mantido no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme estabelecido pelo § 3º do art. 58 da Constituição Federal e pela legislação pertinente, garantindo que o acesso e a utilização dos documentos sejam restritos aos membros e aos trabalhos desta Comissão.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

A solicitação dos documentos especificados à CPI das Bets fundamenta-se na necessidade de acessar informações detalhadas e técnicas essenciais para o pleno desenvolvimento das investigações conduzidas pela Comissão. Os relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) enviados à Polícia Civil de São Paulo, que mapearam movimentações suspeitas demais de R\$ 100 milhões envolvendo empresas ligadas a plataformas de apostas on-line, são fundamentais para compreender a estrutura das operações financeiras suspeitas, identificar os envolvidos e verificar conexões no setor.

Da mesma forma, a cópia integral do inquérito realizado pela Polícia Civil sobre transações ilícitas relacionadas a casas de apostas permitirá à CPI analisar os elementos levantados pela autoridade policial, esclarecer os métodos utilizados para mascarar os recursos financeiros e identificar vínculos com outros



agentes do mercado. Já o relatório referente à investigação do contrato de patrocínio entre o Corinthians e a empresa Vai de Bet é indispensável para aprofundar a análise de um caso emblemático, que envolve suspeitas de lavagem de dinheiro e desvios, destacando as práticas fraudulentas no mercado de apostas e seus impactos no esporte.

O acesso a esses documentos, em formato digital, é essencial para garantir a celeridade e a transparência das apurações, além de subsidiar a CPI na formulação de propostas legislativas que promovam uma regulamentação mais efetiva e segura para o setor de apostas on-line no Brasil. Da mesma forma, buscase elucidar o envolvimento da empresa One Internet Group (OIG) nas transações realizadas entre empresas. O acesso a esses documentos, em formato digital, será determinante para garantir a celeridade e a transparência das apurações e subsidiar a formulação de propostas legislativas voltadas à regulamentação mais efetiva e segura do setor de apostas on-line no Brasil, contribuindo diretamente para o bom andamento dos trabalhos da CPI das Bets.

Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2024.

Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)



15



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira do Senhor Fernando Oliveira Lima, CPF nº 037.625.983-39, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de outubro de 2024.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação dessas atividades com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro e o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação desse mercado.

O empresário Fernando Oliveira Lima, conhecido como Fernandin OIG, é apontado como figura central no cenário nacional das apostas online. O presente requerimento busca esclarecer as suspeitas levantadas, conforme reportagem publicada pelo portal *Metrópoles*, que recaem sobre ele e suas empresas, incluindo a One Internet Group (OIG). Essa empresa realizou um pagamento de R\$ 1,7 milhão a uma empresa registrada em nome de uma faxineira, transação



classificada como atípica pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Tal movimentação integra um conjunto de operações financeiras suspeitas, que totalizam mais de R\$ 100 milhões e estão atualmente sob investigação pela Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Adicionalmente, o empresário é proprietário da OIG Gaming Brazil Ltda., que obteve autorização do Ministério da Fazenda para operar três plataformas de apostas no Brasil. De acordo com as investigações, há indícios de que a referida empresa possui ligações com transações suspeitas envolvendo a Neoway e outras empresas de fachada, como a ACJ Plataform Comércio e Serviços. Essas operações levantam dúvidas sobre possíveis práticas ilícitas e esquemas de lavagem de dinheiro relacionados ao setor de apostas.

Fernando Oliveira Lima também é mencionado em investigações relacionadas ao contrato de patrocínio firmado entre o Sport Club Corinthians Paulista e a empresa Vai de Bet. As irregularidades nesse contrato estão sendo apuradas pela Delegacia de Investigações sobre Lavagem ou Ocultação de Bens e Valores. Apesar de negar vínculo com o denominado "Jogo do Tigrinho", a figura do empresário é associada a um padrão de vida luxuoso e a proximidade com personalidades públicas, fatores que reforçam a necessidade de um depoimento esclarecedor perante esta Comissão.

Dessa forma, o RIF - Relatório de Inteligência Financeira do Sr. Fernando Oliveira Lima é imprescindível para o avanço das investigações e para o pleno esclarecimento da dinâmica das operações financeiras que sustentam as plataformas de apostas no Brasil, contribuindo, assim, para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.



Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2024.

**Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)**



16



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **COMPARTILHAMENTO DE DOCUMENTO**, recebido pelo Senhor Senador Kajuru no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, **EM FORMATO DIGITAL**, conforme detalhamento a seguir, no que couber, pelos fatos e fundamentos expostos na sequência

Nesses termos, requisita-se o acesso ao **DOC 165 - Ação Penal 0022884-49.2024.8.17.2001**.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando que as atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) têm como objetivo investigar práticas e possíveis irregularidades no âmbito das apostas on-line, é essencial assegurar o acesso a informações relevantes que possam subsidiar os trabalhos de apuração.

Outro colegiado parlamentar também dedicado ao exame de questões correlatas à presente investigação recebeu documentos que podem conter elementos importantes para o pleno entendimento das práticas e estruturas do setor de apostas on-line.



O compartilhamento dessas informações contribuirá para evitar duplicidade de esforços, garantindo maior eficiência nas investigações e um uso otimizado dos recursos públicos. Além disso, conforme os princípios constitucionais da publicidade e eficiência, a troca de informações entre CPIs reforça a transparência e colabora para a identificação de fatos relevantes e complementares.

Ressaltamos que a atuação conjunta de comissões com temáticas semelhantes fortalece o papel do Poder Legislativo no exercício de seu dever fiscalizador.

Dessa forma, solicitamos o compartilhamento formal do DOC 165 - Ação Penal 0022884-49.2024.8.17.2001 já recebidos pela CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, com o objetivo de agregar elementos fundamentais às investigações em curso nesta comissão.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 2024.

Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)



17



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Virginia Pimenta da Fonseca Serrão Costa, apresentadora, empresária e influenciadora digital, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como seu objetivo investigar a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

A convocação de Virgínia Fonseca, apresentadora, empresária e influenciadora digital, é justificada por sua expressiva popularidade e relevância no mercado digital, onde exerce forte influência sobre milhões de seguidores em diversas plataformas. Como uma das maiores personalidades da internet no Brasil, Virgínia desempenha um papel central na promoção de marcas e serviços, incluindo campanhas publicitárias relacionadas a jogos de azar e apostas online.

Nos últimos anos, a influenciadora esteve envolvida em campanhas de marketing para casas de apostas, utilizando sua ampla base de seguidores



para divulgar essas atividades. Dado o impacto de sua comunicação no comportamento de consumidores, torna-se fundamental compreender o alcance e as responsabilidades éticas associadas a tais ações, especialmente em um segmento com potenciais implicações sociais, como o de apostas online.

A presença de Virgínia Fonseca nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é essencial para investigar o papel de influenciadores de grande alcance na promoção de jogos de azar e apostas online, bem como para esclarecer possíveis conflitos éticos e a necessidade de regulamentação adequada nesse campo.

Dessa forma, considera-se que a senhora Virgínia Fonseca tem muito a colaborar com os trabalhos desta Comissão.

Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 2024.

Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)



18



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO** ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)**, EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF)**, no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:

ACJ Platform Comércio e Serviços Ltda (CNPJ nº 51.370.366/0001-93)

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é



alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto^[1], a análise dos relatórios do COAF pode revelar uma rede intrincada e alarmante de movimentações financeiras suspeitas, com destaque para a atuação da ACJ Platform Comércio e Serviços Ltda. Os indícios apontam para uma empresa de fachada que movimentou R\$ 10,7 milhões em poucos meses, associando-se a outras entidades igualmente suspeitas em um esquema que aparenta ser estruturado para a lavagem de dinheiro. O cenário é exacerbado pelo fato de que a titularidade da ACJ recai sobre uma suposta "laranja", cuja ocupação e condições socioeconômicas não condizem com a gestão de uma entidade que realiza transações milionárias.

O caráter atípico das operações, como o depósito de R\$ 1,7 milhão proveniente da OIG, empresa de Fernando Oliveira Lima, aliado à estrutura

precária da ACJ, reforça a hipótese de que esta seja utilizada para mascarar fluxos financeiros ilícitos. A conexão com outras empresas envolvidas em transações igualmente duvidosas, como a Neoway e a Carvalho Distribuidora, eleva o nível de gravidade do caso, sugerindo a existência de uma rede criminosa bem articulada, potencialmente dedicada à ocultação de bens e valores.

Além disso, os relatos sobre a falta de clareza na origem dos recursos, os vultosos depósitos em espécie e o envolvimento de indivíduos sem capacidade financeira ou administrativa real, configuram indícios inequívocos de irregularidades. A ACJ, especificamente, não apenas recebeu valores expressivos de entidades sob investigação, mas também repassou montantes significativos para outras empresas suspeitas, perpetuando o ciclo de movimentações que aparenta driblar os mecanismos de controle financeiro.

Em um contexto em que o setor de apostas já enfrenta acusações de práticas ilícitas e financiamento de atividades duvidosas, o papel da ACJ torna-se ainda mais crítico. Seu envolvimento em transações diretamente ligadas a investigações por lavagem de dinheiro e possíveis esquemas de corrupção demanda uma análise profunda e rigorosa.

Portanto, justifica-se a imediata requisição de informações detalhadas ao COAF sobre todas as movimentações financeiras da ACJ Platform Comércio e Serviços Ltda. e suas conexões com outras entidades mencionadas nos relatórios. É imprescindível compreender a extensão das atividades desta empresa no contexto do esquema maior, identificando os reais beneficiários e responsabilizando os envolvidos.

Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental



no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coaf-aponta-r-100-mi-suspeitos-com-bets-e-cita-empresario-do-tigrinho>

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/fernandin-do-tigrinho-pagou-r-17-mi-a-empresa-em-nome-de-faxineira>

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



19



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO à ACJ Platform Comércio e Serviços Ltda 51.370.366/0001-93, EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Contrato Social e eventuais aditivos, para confirmar a composição acionária, a origem do capital e as alterações na estrutura societária, desde julho de 2023.**
2. **Quadro de Sócios e Administradores (QSA).**
3. **Demonstrações contábeis e balanços patrimoniais da ACJ Platform Comércio e Serviços Ltda, incluindo receitas, despesas e lucros, desde julho de 2023.**
4. **Registros de movimentação financeira, associados a compras de ativos de grande valor, desde julho de 2023.**
5. **Contratos de compra e venda de bens e ativos de grande valor desde julho de 2023.**
6. **Contratos de financiamento ou empréstimos desde julho de 2023.**



7. **Licenças operacionais e comprovantes de registro da ACJ Platform Comércio e Serviços Ltda para atuar no Brasil.**
8. **Relatórios de auditoria interna e documentos de compliance desde julho de 2023.**
9. **Registros de transferências financeiras, realizadas por meio de intermediários financeiros, desde julho de 2023.**

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e



adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto ^[1], os indícios apontam para uma empresa de fachada que movimentou R\$ 10,7 milhões em poucos meses, associando-se a outras entidades igualmente suspeitas em um esquema que aparenta ser estruturado para a lavagem de dinheiro. O cenário é exacerbado pelo fato de que a titularidade da ACJ recai sobre uma suposta "laranja", cuja ocupação e condições socioeconômicas não condizem com a gestão de uma entidade que realiza transações milionárias.

O caráter atípico das operações, como o depósito de R\$ 1,7 milhão proveniente da OIG, empresa de Fernando Oliveira Lima, aliado à estrutura precária da ACJ, reforça a hipótese de que esta seja utilizada para mascarar fluxos financeiros ilícitos. A conexão com outras empresas envolvidas em transações igualmente duvidosas, como a Neoway e a Carvalho Distribuidora, eleva o nível de gravidade do caso, sugerindo a existência de uma rede criminosa bem articulada, potencialmente dedicada à ocultação de bens e valores.

Além disso, os relatos sobre a falta de clareza na origem dos recursos, os vultosos depósitos em espécie e o envolvimento de indivíduos sem capacidade financeira ou administrativa real, configuram indícios inequívocos de irregularidades. A ACJ, especificamente, não apenas recebeu valores expressivos de entidades sob investigação, mas também repassou montantes significativos para outras empresas suspeitas, perpetuando o ciclo de movimentações que aparenta driblar os mecanismos de controle financeiro.

Em um contexto em que o setor de apostas já enfrenta acusações de práticas ilícitas e financiamento de atividades duvidosas, o papel da ACJ torna-se ainda mais crítico. Seu envolvimento em transações diretamente



ligadas a investigações por lavagem de dinheiro e possíveis esquemas de corrupção demanda uma análise profunda e rigorosa.

Dessa forma, entende-se que os documentos ora solicitados desempenharão papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coaf-aponta-r-100-mi-suspeitos-com-bets-e-cita-empresario-do-tigrinho>

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/fernandin-do-tigrinho-pagou-r-17-mi-a-empresa-em-nome-de-faxineira>

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



20



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO** ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)**, EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF)**, no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:

Rede Social Media Desing Ltda (CNPJ nº 40.579.672/0001-18)

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.



Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto ^[1], a Rede Social Media Design Ltda. emerge neste intrincado emaranhado de transações financeiras suspeitas como um epicentro de irregularidades que transcendem a mera negligência contábil, configurando um potencial esquema de lavagem de dinheiro com profundos impactos sociais, econômicos e jurídicos. A análise preliminar do relatório do COAF evidencia que essa empresa desempenhou um papel estratégico na triangulação de recursos entre entidades de fachada, como a Neoway e a ACJ Plataform, todas associadas a movimentações atípicas e altamente suspeitas.

É crucial destacar que a Rede Social Media Design recebeu R\$ 1,4 milhão do Corinthians, apenas para, em seguida, transferir mais de R\$ 1 milhão para a Neoway, uma empresa registrada em nome de uma beneficiária do Bolsa Família que, segundo depoimentos, sequer parece ter ciência de sua condição societária. Esse padrão não é apenas inusual; ele ilustra uma prática sistemática de utilização de “laranjas” para ocultação da verdadeira



origem e destino dos valores. O caso é agravado pelo fato de que essas transações ocorrem no contexto de um setor já associado a práticas ilícitas, como as apostas on-line, cuja regulamentação é amplamente criticada por sua permissividade.

Ademais, o envolvimento da Rede Social Media Design como intermediária no contrato de patrocínio entre o Corinthians e a Vai de Bet revela uma articulação engenhosa para conferir aparência de legalidade a fluxos financeiros que, na realidade, ocultam operações milionárias de caráter questionável. As transferências subsequentes entre empresas com perfis financeiros incompatíveis, como a ACJ Plataform e a Carvalho Distribuidora, reforçam a hipótese de que a Rede Social Media Design atua como peça-chave na facilitação desses esquemas.

Além disso, as justificativas do proprietário, Alex Cassundé, e sua associação com figuras públicas de relevância dentro do clube Corinthians, levantam suspeitas sobre a possível conivência de dirigentes esportivos e reforçam a necessidade de aprofundamento das investigações. A proximidade temporal entre as transferências recebidas e realizadas pela Rede Social Media Design também sugere a possibilidade de práticas de "layering", uma estratégia comum em esquemas de lavagem de dinheiro para fragmentar e ocultar os rastros financeiros.

Portanto, é imperativo que a CPIBETS requirite, com a máxima urgência, informações detalhadas ao COAF sobre as movimentações financeiras e os vínculos da Rede Social Media Design Ltda. com demais entidades citadas no relatório. Esse aprofundamento é não apenas necessário, mas indispensável para desarticular o que parece ser um complexo esquema de crimes financeiros que, ao que tudo indica, ultrapassam a linha da negligência e se consolidam como uma ameaça sistêmica à ordem econômica e jurídica do país.



Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coaf-aponta-r-100-mi-suspeitos-com-bets-e-cita-empresario-do-tigrinho>

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/fernandin-do-tigrinho-pagou-r-17-mi-a-empresa-em-nome-de-faxineira>

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



21



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO à Rede Social Media Desing Ltda 40.579.672/0001-18, EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Contrato Social e eventuais aditivos, para confirmar a composição acionária, a origem do capital e as alterações na estrutura societária, desde janeiro de 2021.**
2. **Quadro de Sócios e Administradores (QSA).**
3. **Demonstrações contábeis e balanços patrimoniais da Rede Social Media Desing Ltda, incluindo receitas, despesas e lucros, desde janeiro de 2023.**
4. **Registros de movimentação financeira, associados a compras de ativos de grande valor, desde janeiro de 2023.**
5. **Contratos de compra e venda de bens e ativos de grande valor desde janeiro de 2023.**
6. **Contratos de financiamento ou empréstimos desde janeiro de 2023.**



7. **Licenças operacionais e comprovantes de registro da Rede Social Media Desing Ltda para atuar no Brasil.**
8. **Relatórios de auditoria interna e documentos de compliance desde janeiro de 2023.**
9. **Registros de transferências financeiras, realizadas por meio de intermediários financeiros, desde janeiro de 2023.**

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e



adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto ^[1], a Rede Social Media Design Ltda. emerge neste intrincado emaranhado de transações financeiras suspeitas como um epicentro de irregularidades que transcendem a mera negligência contábil, configurando um potencial esquema de lavagem de dinheiro com profundos impactos sociais, econômicos e jurídicos. A análise preliminar do relatório do COAF evidencia que essa empresa desempenhou um papel estratégico na triangulação de recursos entre entidades de fachada, como a Neoway e a ACJ Plataform, todas associadas a movimentações atípicas e altamente suspeitas.

É crucial destacar que a Rede Social Media Design recebeu R\$ 1,4 milhão do Corinthians, apenas para, em seguida, transferir mais de R\$ 1 milhão para a Neoway, uma empresa registrada em nome de uma beneficiária do Bolsa Família que, segundo depoimentos, sequer parece ter ciência de sua condição societária. Esse padrão não é apenas inusual; ele ilustra uma prática sistemática de utilização de “laranjas” para ocultação da verdadeira origem e destino dos valores. O caso é agravado pelo fato de que essas transações ocorrem no contexto de um setor já associado a práticas ilícitas, como as apostas on-line, cuja regulamentação é amplamente criticada por sua permissividade.

Ademais, o envolvimento da Rede Social Media Design como intermediária no contrato de patrocínio entre o Corinthians e a Vai de Bet revela uma articulação engenhosa para conferir aparência de legalidade a fluxos financeiros que, na realidade, ocultam operações milionárias de caráter questionável. As transferências subsequentes entre empresas com perfis financeiros incompatíveis, como a ACJ Plataform e a Carvalho Distribuidora, reforçam a hipótese de que a Rede Social Media Design atua como peça-chave na facilitação desses esquemas.



Além disso, as justificativas do proprietário, Alex Cassundé, e sua associação com figuras públicas de relevância dentro do clube Corinthians, levantam suspeitas sobre a possível conivência de dirigentes esportivos e reforçam a necessidade de aprofundamento das investigações. A proximidade temporal entre as transferências recebidas e realizadas pela Rede Social Media Design também sugere a possibilidade de práticas de "layering", uma estratégia comum em esquemas de lavagem de dinheiro para fragmentar e ocultar os rastros financeiros.

Dessa forma, entende-se que os documentos ora solicitados desempenharão papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coaf-aponta-r-100-mi-suspeitos-com-bets-e-cita-empresario-do-tigrinho>

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/fernandin-do-tigrinho-pagou-r-17-mi-a-empresa-em-nome-de-faxineira>

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



22



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF), no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:**

Alex Fernando André (CPF nº 285.370.708-31)

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.



Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse caso ^[1], a participação de Alex Fernando André no contexto das investigações sobre a lavagem de dinheiro e operações ilícitas envolvendo plataformas de apostas on-line é uma preocupação central que exige a mais rigorosa análise e esclarecimentos detalhados. O volume de R\$ 100 milhões em movimentações suspeitas, apontado pelo COAF, evidencia uma teia complexa de transações financeiras que transcendem a mera irregularidade administrativa, configurando um possível esquema de dissimulação patrimonial, ocultação de recursos ilícitos e evasão fiscal.

As conexões diretas ou indiretas entre Alex Fernando André, a empresa Neoway, e outras entidades envolvidas, como a OIG Gaming Brazil Ltda. e a ACJ Plataform Comércio e Serviços, reforçam a necessidade de investigar se o indivíduo atuou como facilitador ou beneficiário de tais práticas. A utilização de laranjas, a exemplo da faxineira mencionada na investigação, para disfarçar movimentações milionárias, configura um



padrão de atuação típico de organizações especializadas em lavagem de dinheiro. A presença de depósitos fracionados e expressivos, somando R\$ 3,4 milhões em espécie, com origem em diferentes estados, acentua a gravidade do caso, apontando para um mecanismo deliberado de camuflagem de ativos financeiros.

A justificativa torna-se ainda mais robusta diante da relação do esquema com entidades esportivas, como o Corinthians, sugerindo que contratos de patrocínio foram deliberadamente manipulados para encobrir desvios de recursos públicos e privados. Esse contexto agrava a vulnerabilidade do sistema financeiro e a confiança pública, expondo lacunas regulatórias que não podem ser ignoradas.

Alex Fernando André, enquanto parte desse cenário, deve ser compelido a esclarecer suas movimentações financeiras, sua relação com as empresas mencionadas, e a origem dos recursos envolvidos. A sua eventual proximidade ou papel ativo no esquema não pode ser subestimado, especialmente considerando o impacto devastador de operações desse porte na credibilidade do setor de apostas e no tecido econômico nacional.

Dada a complexidade e a gravidade das suspeitas, é indispensável requisitar ao COAF informações detalhadas sobre as movimentações financeiras de Alex Fernando André, a identificação de suas transações bancárias, e os vínculos diretos ou indiretos com as empresas citadas. Essa medida visa não apenas elucidar sua participação nos fatos investigados, mas também proteger o interesse público contra práticas ilícitas que ameaçam a integridade do sistema econômico e financeiro do país.

Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.



[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coaf-aponta-r-100-mi-suspeitos-com-bets-e-cita-empresario-do-tigrinho>

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/fernandin-do-tigrinho-pagou-r-17-mi-a-empresa-em-nome-de-faxineira>

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



23



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** do senhor **Alex Fernando André**, **empresário**, na condição de **TESTEMUNHA**, para prestar depoimento pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **CONVOCAÇÃO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização



atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Especificamente ^[1], a participação de Alex Fernando André no contexto das investigações sobre a lavagem de dinheiro e operações ilícitas envolvendo plataformas de apostas on-line é uma preocupação central que exige a mais rigorosa análise e esclarecimentos detalhados. O volume de R\$ 100 milhões em movimentações suspeitas, apontado pelo COAF, evidencia uma teia complexa de transações financeiras que transcendem a mera irregularidade administrativa, configurando um possível esquema de dissimulação patrimonial, ocultação de recursos ilícitos e evasão fiscal.

As conexões diretas ou indiretas entre Alex Fernando André, a empresa Neoway, e outras entidades envolvidas, como a OIG Gaming Brazil Ltda. e a ACJ Plataforma Comércio e Serviços, reforçam a necessidade de investigar se o indivíduo atuou como facilitador ou beneficiário de tais práticas. A utilização de laranjas, a exemplo da faxineira mencionada na investigação, para disfarçar movimentações milionárias, configura um padrão de atuação típico de organizações especializadas em lavagem de dinheiro. A presença de depósitos fracionados e expressivos, somando R\$ 3,4 milhões em espécie, com origem em diferentes estados, acentua a gravidade



do caso, apontando para um mecanismo deliberado de camuflagem de ativos financeiros.

A justificativa torna-se ainda mais robusta diante da relação do esquema com entidades esportivas, como o Corinthians, sugerindo que contratos de patrocínio foram deliberadamente manipulados para encobrir desvios de recursos públicos e privados. Esse contexto agrava a vulnerabilidade do sistema financeiro e a confiança pública, expondo lacunas regulatórias que não podem ser ignoradas.

Alex Fernando André, enquanto parte desse cenário, deve ser compelido a esclarecer suas movimentações financeiras, sua relação com as empresas mencionadas, e a origem dos recursos envolvidos. A sua eventual proximidade ou papel ativo no esquema não pode ser subestimado, especialmente considerando o impacto devastador de operações desse porte na credibilidade do setor de apostas e no tecido econômico nacional.

Dessa forma, considera-se que o senhor **Felipe Prior, influenciador digital**, tem muito a colaborar com os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coaf-aponta-r-100-mi-suspeitos-com-bets-e-cita-empresario-do-tigrinho>

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/fernandin-do-tigrinho-pagou-r-17-mi-a-empresa-em-nome-de-faxineira>

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



24



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO** ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)**, EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF)**, no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:

One Internet Group - OIG (CNPJ 26.362.007/0001-47)

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.



Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto¹, a participação da One Internet Group (OIG) no escândalo envolvendo movimentações financeiras suspeitas que somam mais de R\$ 100 milhões revela uma estrutura financeira aparentemente arquitetada para ocultação de recursos e potenciais práticas ilícitas. O relato do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) aponta transferências expressivas realizadas por essa empresa a entidades com indícios de serem de fachada, como o depósito de R\$ 1,7 milhão a uma empresa registrada em nome de uma faxineira, cuja mãe afirma que os documentos foram usados indevidamente. Tal operação é emblemática de um esquema que se aproveita da vulnerabilidade socioeconômica de terceiros para mascarar a real titularidade dos recursos.

Ademais, o vínculo entre a OIG e plataformas de apostas online — como a suposta representação do controverso "Jogo do Tigrinho" — adiciona um elemento de risco sistêmico ao mercado financeiro e ao tecido



social. O envolvimento em patrocínios de clubes esportivos, como o caso do Corinthians, que resultou em suspeitas de desvio de valores e lavagem de dinheiro, fortalece a tese de que a OIG opera em uma zona cinzenta legal e moral. Este *modus operandi* parece integrar uma rede maior, como evidenciam as conexões entre diferentes empresas investigadas, todas ligadas por movimentações anômalas detectadas pelo COAF.

As movimentações em espécie, com centenas de depósitos em múltiplos estados, levantam a suspeita de mecanismos para pulverizar valores e dificultar a rastreabilidade. Tais operações não apenas configuram potencial lavagem de dinheiro, mas comprometem a integridade do sistema financeiro, expondo lacunas regulatórias que podem fomentar a criminalidade organizada.

Além disso, a complexidade do esquema, envolvendo empresas com baixa capacidade financeira declarada — como a Neoway e a ACJ Plataform Comércio e Serviços —, sublinha a necessidade de escrutínio detalhado. O uso de "laranjas", como a mencionada Carolina Aparecida Vieira, demonstra a sofisticação do esquema e sua busca por subterfúgios para escapar da fiscalização.

A urgência na requisição de informações ao COAF se justifica não apenas pelo volume significativo de valores suspeitos, mas pelo impacto social e econômico de tais práticas.

Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.



[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coaf-aponta-r-100-mi-suspeitos-com-bets-e-cita-empresario-do-tigrinho>

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/fernandin-do-tigrinho-pagou-r-17-mi-a-empresa-em-nome-de-faxineira>

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



25



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO à One Internet Group (OIG) 26.362.007/0001-47, EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Contrato Social e eventuais aditivos, para confirmar a composição acionária, a origem do capital e as alterações na estrutura societária, desde outubro de 2016.**
2. **Quadro de Sócios e Administradores (QSA).**
3. **Demonstrações contábeis e balanços patrimoniais da One Internet Group (OIG), incluindo receitas, despesas e lucros, desde janeiro de 2023.**
4. **Registros de movimentação financeira, associados a compras de ativos de grande valor, desde janeiro de 2023.**
5. **Contratos de compra e venda de bens e ativos de grande valor desde janeiro de 2023.**
6. **Contratos de financiamento ou empréstimos desde janeiro de 2023.**
7. **Licenças operacionais e comprovantes de registro da One Internet Group (OIG) para atuar no Brasil.**



8. **Relatórios de auditoria interna e documentos de compliance desde janeiro de 2023.**
9. **Registros de transferências financeiras, realizadas por meio de intermediários financeiros, desde janeiro de 2023.**

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.



Nesse contexto ^[1], a participação da One Internet Group (OIG) no escândalo envolvendo movimentações financeiras suspeitas que somam mais de R\$ 100 milhões revela uma estrutura financeira aparentemente arquitetada para ocultação de recursos e potenciais práticas ilícitas. O relato do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) aponta transferências expressivas realizadas por essa empresa a entidades com indícios de serem de fachada, como o depósito de R\$ 1,7 milhão a uma empresa registrada em nome de uma faxineira, cuja mãe afirma que os documentos foram usados indevidamente. Tal operação é emblemática de um esquema que se aproveita da vulnerabilidade socioeconômica de terceiros para mascarar a real titularidade dos recursos.

Ademais, o vínculo entre a OIG e plataformas de apostas online — como a suposta representação do controverso "Jogo do Tigrinho" — adiciona um elemento de risco sistêmico ao mercado financeiro e ao tecido social. O envolvimento em patrocínios de clubes esportivos, como o caso do Corinthians, que resultou em suspeitas de desvio de valores e lavagem de dinheiro, fortalece a tese de que a OIG opera em uma zona cinzenta legal e moral. Este *modus operandi* parece integrar uma rede maior, como evidenciam as conexões entre diferentes empresas investigadas, todas ligadas por movimentações anômalas detectadas pelo COAF.

As movimentações em espécie, com centenas de depósitos em múltiplos estados, levantam a suspeita de mecanismos para pulverizar valores e dificultar a rastreabilidade. Tais operações não apenas configuram potencial lavagem de dinheiro, mas comprometem a integridade do sistema financeiro, expondo lacunas regulatórias que podem fomentar a criminalidade organizada.

Além disso, a complexidade do esquema, envolvendo empresas com baixa capacidade financeira declarada — como a Neoway e a ACJ Plataform Comércio e Serviços —, sublinha a necessidade de escrutínio



detalhado. O uso de "laranjas", como a mencionada Carolina Aparecida Vieira, demonstra a sofisticação do esquema e sua busca por subterfúgios para escapar da fiscalização.

Dessa forma, entende-se que os documentos ora solicitados desempenharão papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coaf-aponta-r-100-mi-suspeitos-com-bets-e-cita-empresario-do-tigrinho>

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/fernandin-do-tigrinho-pagou-r-17-mi-a-empresa-em-nome-de-faxineira>

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



26



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO** ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)**, EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF)**, no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:

OIG Gaming Brazil Ltda (CNPJ 55.459.453/0001-72)

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.



Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto ^[1], a análise das movimentações financeiras relacionadas à OIG Gaming Brazil Ltda., conforme relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), aponta para um quadro alarmante de possíveis práticas ilícitas, incluindo lavagem de dinheiro, operações financeiras atípicas e o uso de laranjas em transações. Esse cenário exige uma investigação robusta e transparente por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com a obtenção de informações detalhadas diretamente do COAF.

As transações identificadas, que ultrapassam R\$ 100 milhões, incluem transferências para empresas com características evidentes de fachada, como a ACJ Plataform Comércio e Serviços, registrada em nome de uma faxineira com renda presumidamente incompatível com os valores movimentados. Adicionalmente, a conexão com a Neoway, outra empresa ligada a beneficiários do Bolsa Família, evidencia um esquema de ocultação



de titularidade que levanta sérias suspeitas sobre a origem e o destino dos recursos.

Não bastasse isso, a relação direta da OIG Gaming Brazil Ltda. com o escândalo envolvendo o contrato de patrocínio entre o Corinthians e a Vai de Bet reforça a urgência de uma investigação aprofundada. Neste caso, as movimentações financeiras foram intermediadas por uma terceira empresa, a Rede Social Media Design, que realizou pagamentos expressivos à Neoway logo após o recebimento de valores substanciais do clube. A triangulação financeira, o perfil das empresas envolvidas e os montantes significativos apontam para um *modus operandi* típico de operações de lavagem de dinheiro.

Dado o exposto, é fundamental que esta CPI requirite informações detalhadas ao COAF sobre todas as movimentações financeiras realizadas pela OIG Gaming Brazil Ltda., seus representantes legais e empresas associadas. O objetivo é identificar a origem, os beneficiários finais e o possível uso de contas bancárias para operações de branqueamento de capitais ou evasão fiscal. Este pedido se justifica não apenas pela complexidade das transações já mapeadas, mas também pela necessidade de impedir que o setor de apostas on-line se transforme em uma plataforma para crimes financeiros, fragilizando ainda mais as estruturas econômicas e sociais do país.

Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coaf-aponta-r-100-mi-suspeitos-com-bets-e-cita-empresario-do-tigrinho>



<https://www.metropoles.com/sao-paulo/fernandin-do-tigrinho-pagou-r-17-mi-a-empresa-em-nome-de-faxineira>

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2996690790>

27



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO à OIG Gaming Brazil Ltda 55.459.453/0001-72, EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Contrato Social e eventuais aditivos, para confirmar a composição acionária, a origem do capital e as alterações na estrutura societária, desde junho de 2024.**
2. **Quadro de Sócios e Administradores (QSA).**
3. **Demonstrações contábeis e balanços patrimoniais da OIG Gaming Brazil Ltda, incluindo receitas, despesas e lucros, desde junho de 2024.**
4. **Registros de movimentação financeira, associados a compras de ativos de grande valor, desde junho de 2024.**
5. **Contratos de compra e venda de bens e ativos de grande valor desde junho de 2024.**
6. **Contratos de financiamento ou empréstimos desde junho de 2024.**
7. **Licenças operacionais e comprovantes de registro da OIG Gaming Brazil Ltda para atuar no Brasil.**



8. **Relatórios de auditoria interna e documentos de compliance desde junho de 2024.**
9. **Registros de transferências financeiras, realizadas por meio de intermediários financeiros, desde junho de 2024.**

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.



Nesse contexto ^[1], a análise das movimentações financeiras relacionadas à OIG Gaming Brazil Ltda., conforme relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), aponta para um quadro alarmante de possíveis práticas ilícitas, incluindo lavagem de dinheiro, operações financeiras atípicas e o uso de laranjas em transações. Esse cenário exige uma investigação robusta e transparente por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

As transações identificadas, que ultrapassam R\$ 100 milhões, incluem transferências para empresas com características evidentes de fachada, como a ACJ Plataform Comércio e Serviços, registrada em nome de uma faxineira com renda presumidamente incompatível com os valores movimentados. Adicionalmente, a conexão com a Neoway, outra empresa ligada a beneficiários do Bolsa Família, evidencia um esquema de ocultação de titularidade que levanta sérias suspeitas sobre a origem e o destino dos recursos.

Não bastasse isso, a relação direta da OIG Gaming Brazil Ltda. com o escândalo envolvendo o contrato de patrocínio entre o Corinthians e a Vai de Bet reforça a urgência de uma investigação aprofundada. Neste caso, as movimentações financeiras foram intermediadas por uma terceira empresa, a Rede Social Media Design, que realizou pagamentos expressivos à Neoway logo após o recebimento de valores substanciais do clube. A triangulação financeira, o perfil das empresas envolvidas e os montantes significativos apontam para um *modus operandi* típico de operações de lavagem de dinheiro.

Dessa forma, entende-se que os documentos ora solicitados desempenharão papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.



[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coaf-aponta-r-100-mi-suspeitos-com-bets-e-cita-empresario-do-tigrinho>

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/fernandin-do-tigrinho-pagou-r-17-mi-a-empresa-em-nome-de-faxineira>

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



28



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF), no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:**

Fernando Oliveira Lima (CPF nº 037.625.983-3)

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.



Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto¹, a análise das evidências disponibilizadas e das transações financeiras associadas ao senhor Fernando Oliveira Lima, conhecido como Fernandin OIG, e sua empresa One Internet Group (OIG), apresenta indícios robustos de práticas financeiras incompatíveis com a transparência e integridade exigidas por um mercado regulado. Relatórios emitidos pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) apontam movimentações suspeitas que ultrapassam a cifra de R\$ 100 milhões, conectadas a operações aparentemente estruturadas para camuflar origem de recursos e facilitar fluxos financeiros vinculados a apostas on-line, potencialmente enquadráveis como lavagem de dinheiro.

Destaca-se o depósito de R\$ 1,7 milhão da OIG para a ACJ Plataform Comércio e Serviços, empresa associada a uma suposta laranja registrada no nome de uma faxineira sem capacidade econômica condizente. Esse padrão se repete com outras entidades mencionadas nos relatórios,



como a Neoway e a Carvalho Distribuidora, cujas movimentações financeiras ultrapassam expressivamente seus respectivos perfis declarados. Além disso, a multiplicidade de depósitos em espécie de origem diversa levanta questionamentos quanto à legitimidade desses fluxos.

Outro ponto crítico reside na relação do senhor Fernando Lima com o jogo Fortune Tiger, conhecido como “Jogo do Tigrinho”. Embora o empresário negue sua conexão, sua convocação pela CPI reflete a gravidade das suspeitas envolvendo sua empresa como representante dessa operação no Brasil. A concessão pelo Ministério da Fazenda para operação de sites de apostas pela OIG Gaming Brazil Ltda. torna ainda mais imprescindível o escrutínio de suas transações financeiras, considerando a potencial utilização de licenças oficiais para validar práticas ilícitas.

Por fim, a ligação de recursos desviados com contratos de patrocínio, como no caso do Corinthians, amplia o alcance das irregularidades. A triangulação de pagamentos entre a OIG, intermediários e empresas de fachada demonstra um possível esquema coordenado de lavagem de capitais, com repercussões que transcendem o mercado de apostas, atingindo setores esportivos e econômicos mais amplos.

Diante desse cenário, a requisição de informações detalhadas ao COAF é imprescindível para esclarecer a origem, o destino e a legitimidade das transações envolvendo Fernando Oliveira Lima, suas empresas e associados. Essa medida se faz necessária não apenas para elucidar os fatos narrados, mas também para salvaguardar a credibilidade do sistema financeiro e combater práticas que colocam em risco a economia nacional.

Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.



[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coaf-aponta-r-100-mi-suspeitos-com-bets-e-cita-empresario-do-tigrinho>

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/fernandin-do-tigrinho-pagou-r-17-mi-a-empresa-em-nome-de-faxineira>

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



29



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO à F&D Company Serviços de Marketing Digital Ltda 53.560.615/0001-39, EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Contrato Social e eventuais aditivos, para confirmar a composição acionária, a origem do capital e as alterações na estrutura societária, desde janeiro de 2024.**
2. **Quadro de Sócios e Administradores (QSA).**
3. **Demonstrações contábeis e balanços patrimoniais da F&D Company Serviços de Marketing Digital Ltda, incluindo receitas, despesas e lucros, desde janeiro de 2024.**
4. **Registros de movimentação financeira, associados a compras de ativos de grande valor, desde janeiro de 2024.**
5. **Contratos de compra e venda de bens e ativos de grande valor desde janeiro de 2024.**
6. **Contratos de financiamento ou empréstimos desde janeiro de 2024.**



7. **Licenças operacionais e comprovantes de registro da F&D Company Serviços de Marketing Digital Ltda para atuar no Brasil.**
8. **Relatórios de auditoria interna e documentos de compliance desde janeiro de 2024.**
9. **Registros de transferências financeiras, realizadas por meio de intermediários financeiros, desde janeiro de 2024.**

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e



adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto ^[1], a análise dos fatos levantados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e apresentados no relatório à Polícia Civil de São Paulo demonstra a existência de elementos gravíssimos que justificam plenamente a requisição de informações sobre a F&D Company Serviços de Marketing Digital Ltda. Esta empresa, que apresentou um faturamento presumido de meros R\$ 90 mil, movimentou inexplicáveis R\$ 5,9 milhões em um curto período entre janeiro e maio de 2024. Tal discrepância manifesta-se como um indício robusto de práticas financeiras atípicas, possivelmente vinculadas a esquemas de lavagem de dinheiro, ocultação de ativos ou financiamento de atividades ilícitas.

Adicionalmente, a F&D Company está diretamente conectada à Neoway, empresa já apontada em múltiplos relatórios como epicentro de movimentações suspeitas no valor de R\$ 100 milhões, envolvendo uma complexa rede de transações trianguladas, depósitos em espécie, e uso de laranjas, incluindo indivíduos de baixa renda e beneficiários de programas sociais. A ligação financeira direta entre a F&D e a Neoway, concretizada por meio de um pagamento de R\$ 80 mil, reforça a tese de que a F&D pode atuar como peça-chave em um esquema estruturado de lavagem de dinheiro associado ao setor de apostas online.

A magnitude das movimentações financeiras e o padrão de comportamento identificado nas transações sugerem uma organização meticulosa e sofisticada para dissimular a origem ilícita de valores. A suspeita é ainda mais fortalecida quando analisada à luz de outras práticas reiteradas no mesmo esquema, como a utilização de empresas de fachada e beneficiários fictícios para movimentação de recursos incompatíveis com os perfis econômicos declarados.



Ademais, o setor de marketing digital, no qual a F&D supostamente opera, tem se revelado um terreno fértil para a criação de empresas de fachada, dado seu caráter intangível e a dificuldade de fiscalização da efetiva prestação de serviços. Nesse sentido, torna-se imperativo investigar com profundidade a origem e o destino dos valores movimentados pela F&D, além de seus contratos, clientes e operações financeiras detalhadas.

Por fim, a investigação conduzida pela Polícia Civil, associada ao alerta emitido pelo COAF, aponta para uma rede sistêmica de atividades financeiras suspeitas que permeia diversos estados brasileiros, com o uso reiterado de depósitos em espécie como método para mascarar transações ilegais. Neste contexto, o papel da F&D Company não pode ser ignorado, visto que suas operações financeiras se destacam como atípicas e potencialmente ilícitas.

Dessa forma, entende-se que os documentos ora solicitados desempenharão papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coaf-aponta-r-100-mi-suspeitos-com-bets-e-cita-empresario-do-tigrinho>

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/fernandin-do-tigrinho-pagou-r-17-mi-a-empresa-em-nome-de-faxineira>

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



30



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO** ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)**, EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF)**, no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:

F&D Company Serviços de Marketing Digital Ltda (CNPJ nº 53.560.615/0001-39)

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é



alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto ^[1], a análise dos fatos levantados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e apresentados no relatório à Polícia Civil de São Paulo demonstra a existência de elementos gravíssimos que justificam plenamente a requisição de informações sobre a F&D Company Serviços de Marketing Digital Ltda. Esta empresa, que apresentou um faturamento presumido de meros R\$ 90 mil, movimentou inexplicáveis R\$ 5,9 milhões em um curto período entre janeiro e maio de 2024. Tal discrepância manifesta-se como um indício robusto de práticas financeiras atípicas, possivelmente vinculadas a esquemas de lavagem de dinheiro, ocultação de ativos ou financiamento de atividades ilícitas.



Adicionalmente, a F&D Company está diretamente conectada à Neoway, empresa já apontada em múltiplos relatórios como epicentro de movimentações suspeitas no valor de R\$ 100 milhões, envolvendo uma complexa rede de transações trianguladas, depósitos em espécie, e uso de laranjas, incluindo indivíduos de baixa renda e beneficiários de programas sociais. A ligação financeira direta entre a F&D e a Neoway, concretizada por meio de um pagamento de R\$ 80 mil, reforça a tese de que a F&D pode atuar como peça-chave em um esquema estruturado de lavagem de dinheiro associado ao setor de apostas online.

A magnitude das movimentações financeiras e o padrão de comportamento identificado nas transações sugerem uma organização meticulosa e sofisticada para dissimular a origem ilícita de valores. A suspeita é ainda mais fortalecida quando analisada à luz de outras práticas reiteradas no mesmo esquema, como a utilização de empresas de fachada e beneficiários fictícios para movimentação de recursos incompatíveis com os perfis econômicos declarados.

Ademais, o setor de marketing digital, no qual a F&D supostamente opera, tem se revelado um terreno fértil para a criação de empresas de fachada, dado seu caráter intangível e a dificuldade de fiscalização da efetiva prestação de serviços. Nesse sentido, torna-se imperativo investigar com profundidade a origem e o destino dos valores movimentados pela F&D, além de seus contratos, clientes e operações financeiras detalhadas.

Por fim, a investigação conduzida pela Polícia Civil, associada ao alerta emitido pelo COAF, aponta para uma rede sistêmica de atividades financeiras suspeitas que permeia diversos estados brasileiros, com o uso reiterado de depósitos em espécie como método para mascarar transações ilegais. Neste contexto, o papel da F&D Company não pode ser ignorado, visto



que suas operações financeiras se destacam como atípicas e potencialmente ilícitas.

Diante desse quadro, a requisição de informações ao COAF é não apenas necessária, mas urgente, para elucidar a real participação da F&D Company nos esquemas sob investigação. A obtenção desses dados é essencial para garantir a integridade das investigações da CPIBETS, desvelando a teia de conexões e responsabilidades que sustentam a lavagem de dinheiro no setor de apostas online.

Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coaf-aponta-r-100-mi-suspeitos-com-bets-e-cita-empresario-do-tigrinho>

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/fernandin-do-tigrinho-pagou-r-17-mi-a-empresa-em-nome-de-faxineira>

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



31



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO** ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)**, EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Relatório de Inteligência Financeira (RIF)**, no período compreendido entre 01/01/2023 e 31/10/2024, no que couber, de:

Carvalho Distribuidora Ltda (CNPJ nº 49.296.057/0001-79)

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISICÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.



Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto ^[1], a participação da Carvalho Distribuidora Ltda. nos esquemas financeiros detalhados no relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) é, no mínimo, alarmante. A análise das movimentações aponta para um padrão de operações financeiras absolutamente incompatível com o porte e a estrutura declarados pela empresa, configurando indícios claros de práticas ilícitas que incluem lavagem de dinheiro, fraude fiscal e utilização de empresas de fachada.

Primeiramente, a Carvalho Distribuidora apresenta um capital social de apenas R\$ 100 mil e um faturamento declarado de R\$ 137 mil mensais. No entanto, movimentou espantosos R\$ 85,1 milhões em um curto período entre setembro de 2023 e fevereiro de 2024. Este volume de transações é desproporcional à sua estrutura financeira e operacional, evidenciando um fluxo financeiro que extrapola a lógica empresarial legítima. Ainda mais perturbador é o fato de que as movimentações incluem



754 depósitos em espécie no montante de R\$ 3,4 milhões, provenientes de diferentes estados. Operações fragmentadas e de origem variada são indicadores clássicos de tentativa de dissimulação de recursos ilícitos.

Além disso, as conexões financeiras da Carvalho Distribuidora com outras empresas investigadas, como a Neoway e a ACJ Plataforma Comércio e Serviços, reforçam a necessidade de uma investigação aprofundada. Ambas já foram identificadas como veículos para movimentação de valores atípicos, incluindo depósitos originados de pessoas sem vínculo legítimo com tais transações, como uma faxineira de Suzano, mencionada no relatório como possível "laranja". É imprescindível entender como essas transferências chegaram à Carvalho Distribuidora e qual o destino final desses recursos.

Outro ponto crucial é a origem fragmentada dos depósitos, provenientes de múltiplos estados. Essa prática, conhecida como "smurfing", é amplamente utilizada para evitar o rastreamento de grandes quantias e indica uma organização meticulosa para ocultar a verdadeira fonte dos fundos. A possibilidade de que tais recursos estejam associados a esquemas de apostas ilegais, como os descritos na investigação sobre o Jogo do Tigrinho, agrava ainda mais o cenário, potencialmente ligando a Carvalho Distribuidora a operações de financiamento ilícito, corrupção e sonegação fiscal.

A magnitude das movimentações, associada à inconsistência dos dados cadastrais e às ligações suspeitas com outras entidades já sob investigação, tornam a Carvalho Distribuidora uma peça central no esquema analisado pela CPIBETS. A requisição de informações detalhadas ao COAF é indispensável para compreender a amplitude das irregularidades, identificar os verdadeiros beneficiários dessas transações e desarticular uma possível rede criminosa altamente sofisticada.



Dessa forma, entende-se que o documento ora solicitado ao **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)** desempenhará papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coaf-aponta-r-100-mi-suspeitos-com-bets-e-cita-empresario-do-tigrinho>

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/fernandin-do-tigrinho-pagou-r-17-mi-a-empresa-em-nome-de-faxineira>

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



32



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO à Carvalho Distribuidora Ltda 49.296.057/0001-79, EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. **Contrato Social e eventuais aditivos, para confirmar a composição acionária, a origem do capital e as alterações na estrutura societária, desde janeiro de 2023.**
2. **Quadro de Sócios e Administradores (QSA).**
3. **Demonstrações contábeis e balanços patrimoniais da Carvalho Distribuidora Ltda, incluindo receitas, despesas e lucros, desde janeiro de 2023.**
4. **Registros de movimentação financeira, associados a compras de ativos de grande valor, desde janeiro de 2023.**
5. **Contratos de compra e venda de bens e ativos de grande valor desde janeiro de 2023.**
6. **Contratos de financiamento ou empréstimos desde janeiro de 2023.**
7. **Licenças operacionais e comprovantes de registro da Carvalho Distribuidora Ltda para atuar no Brasil.**



8. **Relatórios de auditoria interna e documentos de compliance desde janeiro de 2023.**
9. **Registros de transferências financeiras, realizadas por meio de intermediários financeiros, desde janeiro de 2023.**

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.



Nesse contexto ^[1], a participação da Carvalho Distribuidora Ltda. nos esquemas financeiros detalhados no relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) é, no mínimo, alarmante. A análise das movimentações aponta para um padrão de operações financeiras absolutamente incompatível com o porte e a estrutura declarados pela empresa, configurando indícios claros de práticas ilícitas que incluem lavagem de dinheiro, fraude fiscal e utilização de empresas de fachada.

Primeiramente, a Carvalho Distribuidora apresenta um capital social de apenas R\$ 100 mil e um faturamento declarado de R\$ 137 mil mensais. No entanto, movimentou espantosos R\$ 85,1 milhões em um curto período entre setembro de 2023 e fevereiro de 2024. Este volume de transações é desproporcional à sua estrutura financeira e operacional, evidenciando um fluxo financeiro que extrapola a lógica empresarial legítima. Ainda mais perturbador é o fato de que as movimentações incluem 754 depósitos em espécie no montante de R\$ 3,4 milhões, provenientes de diferentes estados. Operações fragmentadas e de origem variada são indicadores clássicos de tentativa de dissimulação de recursos ilícitos.

Além disso, as conexões financeiras da Carvalho Distribuidora com outras empresas investigadas, como a Neoway e a ACJ Plataforma Comércio e Serviços, reforçam a necessidade de uma investigação aprofundada. Ambas já foram identificadas como veículos para movimentação de valores atípicos, incluindo depósitos originados de pessoas sem vínculo legítimo com tais transações, como uma faxineira de Suzano, mencionada no relatório como possível "laranja". É imprescindível entender como essas transferências chegaram à Carvalho Distribuidora e qual o destino final desses recursos.

Outro ponto crucial é a origem fragmentada dos depósitos, provenientes de múltiplos estados. Essa prática, conhecida como "smurfing", é amplamente utilizada para evitar o rastreamento de grandes quantias



e indica uma organização meticulosa para ocultar a verdadeira fonte dos fundos. A possibilidade de que tais recursos estejam associados a esquemas de apostas ilegais, como os descritos na investigação sobre o Jogo do Tigrinho, agrava ainda mais o cenário, potencialmente ligando a Carvalho Distribuidora a operações de financiamento ilícito, corrupção e sonegação fiscal.

A magnitude das movimentações, associada à inconsistência dos dados cadastrais e às ligações suspeitas com outras entidades já sob investigação, tornam a Carvalho Distribuidora uma peça central no esquema analisado pela CPIBETS.

Dessa forma, entende-se que os documentos ora solicitados desempenharão papel fundamental no suporte às atividades desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

[1] <https://www.metropoles.com/sao-paulo/coaf-aponta-r-100-mi-suspeitos-com-bets-e-cita-empresario-do-tigrinho>

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/fernandin-do-tigrinho-pagou-r-17-mi-a-empresa-em-nome-de-faxineira>

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



33



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado representante do Instituto de Pesquisa DataSenado, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o estudo: "Panorama Político 2024 - Apostas esportivas, golpes digitais e endividamento", na condição de ESPECIALISTA.

JUSTIFICAÇÃO

O Instituto de Pesquisa DataSenado realiza pesquisas de interesse nacional, tendo entrevistado mais de 55 mil cidadãos ao longo dos anos. As pesquisas avaliam a opinião dos brasileiros para indicar prioridades para a atuação parlamentar e quantificar percepções em relação à democracia brasileira; ao desempenho do parlamento; e aos principais temas em debate no país.

Esse estudo publicado é de grande relevância, uma vez que o aumento da popularidade das apostas esportivas tem levantado preocupações sobre seus impactos sociais e econômicos bem como os golpes digitais estão que se tornando cada vez mais sofisticados e frequentes.

A exposição dessa pesquisa, na reunião dessa CPI auxiliará os trabalhos ajudando a compreender de forma mais ampla o tema do endividamento pessoal e possibilitando uma visão mais detalhada do assunto e a identificação de



possíveis soluções que possam auxiliar no fortalecimento da educação financeira da população.

Sala da Comissão, 28 de novembro de 2024.

Senador Dr. Hiran
(PP - RR)



34



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Hazenclever Lopes Cançado, Presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ, a comparecer a esta Comissão, a fim de contribuir com os trabalhos, como advogado, especialista em regulação do setor de jogos e loterias.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

O convite do Dr. Hazenclever Lopes Cançado, Presidente da Loterj, é justificado em razão de sua destacada gestão à frente da Autarquia Estadual que tem contribuído e defendido a operação regulamentada das casas de apostas, sendo o Rio de Janeiro o primeiro ente federado a oportunizar atividade regulamentada ao setor, por meio da publicação do Edital de Credenciamento nº 001/2023 da LOTERJ, publicado em abril do ano passado.

A atuação do Dr. Hazenclever Lopes Cançado de liderança e pioneirismo à frente de uma operação estatal em andamento enriquecerão os



conhecimentos, estudos e trabalhos desta Comissão. As questões tributárias e fiscais que envolvem a regulamentação do setor, as legislações vigentes e a geração de arrecadação para os cofres públicos municipais, estaduais e federal também merecem especial destaque nos trabalhos desta Comissão para que tenhamos convicção dos benefícios ou não da regulamentação.

Acrescente-se, que o estado do Rio de Janeiro foi o primeiro, e não se tem notícia de que haja outro ente público, a explorar aposta de quota fixa e jogos online com avaliação das plataformas das casas de apostas, que devem ser certificadas internacionalmente, com verificação de identidade do apostador e que respeite todas as regras de combate dos crimes financeiros, *compliance*, LGPD, previamente à autorização da exploração.

A implementação de regras de jogo responsável que tanto se discutem estão implementadas por um regulador e precisamos compreender as bases jurídicas, o funcionamento operacional e a fiscalização que ampara a atuação da Autarquia.

Em acréscimo, o Decreto nº 48.806/23 do governo do Estado do Rio de Janeiro, é um marco na fiscalização do setor. O estado do Rio de Janeiro, de maneira disruptiva, já autuou mais de 800 (oitocentas) empresas (casas de apostas, meios de pagamento, provedores de jogos) e pessoas físicas (*influencers*, jogadores), em sede de processo administrativo sancionador, sob o fundamento de estarem explorando modalidade lotérica sem outorga do estado.

O sobredito Decreto prevê punições a todos aqueles que se beneficiam do jogo e não se dignam a recolher os tributos oriundos da exploração irregular, prejudicando a operação da Autarquia que tem como missão institucional destinar seu lucro para projetos de assistência social, de saúde e esporte.

Esta Comissão busca se aproximar da realidade para conseguir dar legítima resposta à sociedade, ao pagador de impostos que não pode ficar



prejudicado com todo esse impacto negativo de uma exploração predatória sem regras, sem transparência, sem controle e fiscalização.

A presença do Dr. Hazenclever Lopes Cançado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é crucial para esclarecer como se dá uma operação legal e regulamentada, como deve ser combatido o mercado ilegal, como são mitigados os riscos aos apostadores e suas famílias e ainda, para onde vai o recurso arrecado com o jogo legal.

Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 28 de novembro de 2024.

Senador Dr. Hiran
(PP - RR)



35



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado, de **INFORMAÇÕES** destinadas ao Sr. **Marcus Vinícius Freire de Lima e Silva**, ex-Diretor do Grupo Entain, relacionadas aos seguintes questionamentos:

. Informações Gerais e Contextualização

1. Sr. Marcus Vinícius Freire de Lima e Silva, o senhor pode confirmar sua data de nascimento, naturalidade, e sua dupla cidadania brasileira e britânica? Qual é sua ocupação formal registrada atualmente?
2. O senhor pode descrever sua trajetória profissional, com ênfase no momento em que iniciou suas atividades no ramo de tecnologia e apostas?
3. Quantas empresas o senhor possui ou já controlou direta ou indiretamente, tanto no Brasil quanto no exterior? Poderia detalhar suas atividades principais?
4. O senhor considera sua atuação empresarial predominantemente voltada para o mercado financeiro e de tecnologia? Há outros setores em que tenha interesse?



5. Quando e como o senhor se envolveu com o mercado de apostas esportivas e cassinos online? Qual era o papel do senhor nas operações descritas?

2. Relações com o Grupo Entain e Atuação no Brasil

1. Qual é exatamente sua relação com o Grupo Entain, descrito como uma das maiores empresas de apostas esportivas e cassinos do mundo?
2. O Grupo Entain é composto por diversas marcas conhecidas, como Sportingbet, bwin e Ladbrokes. Qual foi seu papel na operação dessas empresas no Brasil e internacionalmente?
3. Durante a reunião com o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, o senhor apresentou propostas para que o Grupo Entain estabelecesse sua sede na capital paulista. Qual era a estratégia por trás dessa movimentação?
4. Por que o senhor defendeu a redução da alíquota de ISS no município de São Paulo para atrair plataformas de apostas? O senhor acredita que isso seria vantajoso apenas para sua empresa ou para o setor como um todo?
5. O senhor pode esclarecer se houve promessas ou negociações adicionais para facilitar a instalação da sede do Grupo Entain no Brasil?

3. Estrutura Empresarial e Relações de Controle

1. Entre as empresas citadas na denúncia – LB Bank Instituição de Pagamento, Bozovic Participações, TH Participações, entre outras – quais são controladas diretamente pelo senhor? Poderia detalhar suas atividades e estrutura de capital?
2. O senhor confirma que utiliza pessoas próximas, como sua irmã Danieli Ribeiro e Silva, e amigos pessoais, como Eduardo Mata



Cunha, em posições estratégicas em suas empresas? Qual a justificativa para essa prática?

3. Como o senhor explica o fato de várias dessas empresas estarem registradas no mesmo endereço e apresentarem patrimônios líquidos declarados muito baixos, apesar de realizarem operações milionárias?

4. Origem e Destino dos Recursos

1. De acordo com a denúncia, o senhor realizou aportes financeiros significativos, como os R\$ 57.441.453,00 para aquisição de negócios. Pode esclarecer qual a origem desses recursos?
2. O senhor confirma que utilizava empresas como LB Ventures e TH Participações para intermediar investimentos em empresas brasileiras? Qual era a estratégia financeira adotada?
3. Por que as ações adquiridas em algumas operações financeiras eram registradas em nome de outras empresas, como a Bozovic Participações, ao invés de serem associadas diretamente à empresa responsável pelo pagamento?

5. Operação de Apostas e Jogos Eletrônicos

1. O senhor admite que atuou diretamente na operação de sites de apostas esportivas e cassinos online no Brasil, especialmente no período de 2018 a 2022, quando não havia regulamentação?
2. Qual era a relação do senhor com a Entain Group e com os sites de apostas mencionados na denúncia, como o Sport Beting?
3. Quais eram as medidas adotadas por sua organização para movimentar recursos obtidos a partir dessas operações em países onde o jogo eletrônico era proibido ou não regulamentado?

6. Estruturas Societárias e Lavagem de Dinheiro



1. A denúncia alega que o senhor utilizava uma rede de empresas de fachada para movimentar e diluir recursos supostamente ilícitos. Qual a sua resposta a essas alegações?
2. Por que as empresas envolvidas em suas operações apresentavam capital social declarado incompatível com as movimentações realizadas, como o caso da TH Participações, que movimentou R\$ 29 milhões com um capital social de apenas R\$ 10 mil?
3. Como o senhor justifica a aquisição de imóveis de alto valor, como quatro apartamentos no empreendimento Fasano Cidade Jardim, em São Paulo, supostamente pagos à vista e utilizando empresas como a Shard Empreendimentos Imobiliários?

7. Tráfico de Influência e Relações com Autoridades

1. Há indícios de que o senhor contratou escritórios de advocacia ligados a familiares de ministros do STF. O senhor pode confirmar esses contratos e explicar os motivos dessas contratações?
2. O senhor pode esclarecer as declarações atribuídas a sua pessoa, como as descritas no áudio onde o senhor menciona “resolver no STF” questões que poderiam lhe ser prejudiciais?
3. Qual era o objetivo estratégico ao financiar a criação e as operações da Associação Nacional de Jogos e Loterias? Havia intenção de influenciar a regulamentação do setor?

8. Banco Digital e Operações Financeiras

1. Qual era o objetivo de criar o LB Bank Instituição de Pagamento, especialmente considerando as acusações de que a estrutura seria utilizada para legitimar recursos provenientes de atividades ilegais?
2. Por que a controladora do LB Bank, a empresa NK 227 Empreendimentos e Participações, possui capital social de apenas



R\$ 100,00, enquanto administra uma instituição financeira com movimentações de milhões?

3. O senhor pode detalhar como foram obtidas as autorizações do Banco Central para o funcionamento do LB Bank, considerando as fragilidades estruturais apontadas na denúncia?

9. Compliance e Transparência

1. O senhor tinha ciência de que contratos de mútuo e outros instrumentos financeiros utilizados em suas operações exigiam a comprovação de origem lícita dos recursos? Como essa exigência foi tratada em suas empresas?
2. Por que foram incluídas cláusulas de confidencialidade e sigilo em contratos de investimento? Isso se relaciona à tentativa de ocultar informações de autoridades reguladoras ou fiscais?
3. e sua relação com a regulamentação da atividade no país?

Sala da Comissão, 29 de novembro de 2024.

Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)

